



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Câmara Cível

Avenida Borges de Medeiros, 1565 – Porto Alegre/RS – CEP 90110-906

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5367225-92.2025.8.21.7000/RS

TIPO DE AÇÃO: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

AGRAVANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

AGRAVADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVADO: BIANCA FERNANDES PEREIRA

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

O Código de Processo Civil, em seu art. 1.019, inc. I, confere ao Magistrado Relator a faculdade de deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal, *in verbis*:

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

[...]

Para tanto, faz-se necessária a presença dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam, *a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*.

Na hipótese dos autos, em exame preliminar dos autos, indicia-se estarem presentes tais requisitos.

Conforme se verifica da leitura da Inicial, a impetrante participou do procedimento licitatório instaurado pelo Pregão Eletrônico nº 9226/2025, cujo objeto era a contratação de *serviços de gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva, aquisição de itens relacionados à manutenção e serviços de deslocamentos/guinchos da frota de veículos e equipamentos dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul* (evento 1, EDITAL3).

Diante do objeto licitado, o Edital previa que o exame de aceitabilidade da melhor oferta seria concluído após a realização de Prova de Conceito para avaliação do licitante vencedor da etapa de lances, após a fase de habilitação, conforme itens especificados no Anexo G - Prova de Conceito para Avaliação do Sistema.

No caso, a impetrante PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. sagrou-se vencedora na etapa de lances, tendo sido declarada habilitada (evento 1, ATA4, p. 26). Após, foi também **aprovada na Prova de Conceito**, conforme Informação nº 046/2025 – DIFAB/DTERS (evento 1, PARECER8).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Câmara Cível

Ocorre que, submetida a matéria à CAGE para exame da fase externa da licitação, foram constatadas inconformidades, notadamente *que a condução da prova de conceito se deu de maneira diversa do estabelecido em edital. Na avaliação da prova de conceito (fls. 9568/9597), observa-se que os itens de avaliação 2.2, 8.3, 9.2, 9.4, e 10.2 foram aprovados "com ressalvas", terminologia não prevista no Anexo G do TR e contrária ao disposto em seu item 2.5.3 (evento 1, PARECER9).*

Em decorrência das inconformidades apontadas, o Departamento de Transportes do Estado realizou *a revisão do documento de avaliação da prova de conceito a qual foi submetida a licitante Prime Consultoria e Assessoria, a fim de ampliar o aspecto objetivo da manifestação, focando nos pontos exigidos no Termo de Referência e seus anexos*, e reexaminou o atendimento do item 17 do Anexo G, o que resultou na **reprovação da empresa na Prova de Conceito por não ter atingido a pontuação mínima de 31 pontos, exigida no Item 2.6.3 do Anexo G do TR, necessária para aprovação da licitante na prova de conceito.**

Inconformada, a impetrante sustenta que, após o parecer da CAGE e retorno do processo à Comissão de Avaliação, não lhe foi oportunizado o contraditório ou ampla defesa. Pontua que a anulação de ato administrativo favorável foi levada a efeito sem a observância do dever legal de oportunizar prévia manifestação, em afronta ao disposto no artigo 71, §§ 3º e 4º, da Lei n.º 14.133/2021. Afirma que a decisão recorrida esvazia a eficácia do referido dispositivo legal, pois a oitiva do interessado deve se dar anteriormente ao ato de anulação.

A propósito, observo que o edital previa que *os testes nos quais a amostra do sistema for reprovada deverão ser retificados, de maneira que estejam em conformidade com as regras editalícias em até 15 dias úteis contados da data da Ordem de Início dos Serviços (item 2.10. do Anexo G) e que a verificação de retificação ocorrerá mediante nova apresentação dos itens reprovados à SPGG (2.10.1.).*

Observa-se ainda que, em princípio, a impetrante atingiu 31 aprovações dos 44 pontos possíveis, o que representa percentual superior a 70% de aprovação, ao passo que se indicia ter sido prejudicada pela utilização atécnica da terminologia "aprova com ressalvas", não prevista no Anexo G do Termo de Referência do Edital, circunstância que não decorreu de conduta por si praticada.

Na mesma linha, verifica-se que no item 17, revisto após avaliação da CAGE, a impetrante havia inicialmente atendido *"32 quesitos dos 37 possíveis, o que representa assertividade de 86,5%"* (evento 1, PARECER7), fator que demonstra, em tese, **aptidão para a prestação dos serviços objeto da contratação**, além de apontar para amostras do sistema que, de acordo com o próprio edital, **poderiam ser retificadas posteriormente à Ordem de Início dos Serviços.**

Relevante mencionar, ademais, que a proposta da impetrante representava considerável desconto, critério norteador do procedimento licitatório em questão (art. 33, inc. II da Lei nº 14.133/2021), o que poderia resultar em relevante economia aos cofres públicos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Câmara Cível

Nesse contexto, tendo em vista que se indicia não ter sido oportunizado à impetrante a retificação do item reprovado, ou mesmo sua manifestação quanto aos apontamentos da CAGE, prudente que seja suspenso o certame até a apreciação e julgamento final do presente recurso pelo Colegiado.

Diante do exposto, defiro a antecipação de tutela recursal a fim de suspender o prosseguimento do certame e determinar que a autoridade coatora se abstenha de praticar atos tendentes à adjudicação de seu objeto até o julgamento final do presente recurso.

Intime-se a parte agravada para que apresente contrarrazões no prazo legal.

Após, garanta-se vista dos autos ao Ministério Público.

Por fim, retornem conclusos para julgamento.

Intimem-se.

Documento assinado eletronicamente por **DENISE OLIVEIRA CEZAR, Desembargadora Relatora**, em 03/12/2025, às 15:38:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc2g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **20009795117v10** e o código CRC **d0c682b8**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DENISE OLIVEIRA CEZAR
Data e Hora: 03/12/2025, às 15:38:42

5367225-92.2025.8.21.7000

20009795117.V10